

SIMULADO TÉCNICO DO INSS 2012

+ Gabarito Comentado



- *Este simulado foi preparado com o mesmo índice de dificuldade normalmente encontrado nas questões elaboradas pela FCC, organizadora do concurso.*
- *Após a aplicação da prova oficial, acesse o site do Curso Sólon para acompanhar eventuais propostas de fundamentação de RECURSOS elaboradas por nossos professores que permitirão a você recorrer de questões e, quem sabe, garantia mais alguns pontinhos na nota final.*
- *Promoção de Aniversário: Se você está enfrentando o simulado na modalidade presencial, você receberá um Número da Sorte para incluir com seus dados em nosso site e concorrer a um computador de mão (tablet) que será sorteado pela Loteria Federal no dia 07/04/2012, data do aniversário do Curso Sólon. Não se esqueça de cadastrar seu número no site, hein!*

CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA: Professoras Sônia e Cidinha

Leia o texto a seguir e responda às questões 1 e 2.

“Dois temas recorrentes espalham-se pelas páginas do badaladíssimo livro de memórias de Hillary Rodham Clinton, *Living History* (História Viva ou um trocadilho com Vivendo a História). Um tem a ver com sua mudança de penteados, que é discutida em detalhes pelo menos uma dúzia de vezes, assim que seus cabelos mudavam, com uma frequência digna de Madonna, do longo para o curto, do crespo para o escovado e para o cuidadosamente penteado. O outro se refere à tendência da Sra. Clinton de culpar os inimigos - de políticos oponentes a uma “vasta conspiração de direita” - pelos fracassos e angústias dela e do marido. O primeiro ressalta a qualidade camaleônica que ela sempre está dividindo com o marido, a crença, como ela já disse certa vez, de que personalidade é “um percurso, não um destino”. O segundo sublinha tanto a atmosfera altamente partidária dos anos 90 quanto à relutância dos Clintons em assumir responsabilidade total por seus próprios erros e evasivas.”

(KAKUTANI, Michiko. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 2004. Caderno 2, p. 3.)

01. Com base na resenha jornalística sobre o livro *Living History*, é correto afirmar:

- (A) Embora critique, com severidade, a competência literária da ex-primeira dama norte-americana, concorda com as posições que a mesma assume em sua militância política.

- (B) Atém-se exclusivamente à crítica das formas de expressão bem como às ideias contidas no livro, sem fazer referência à figura da escritora.
- (C) Mesmo tendo sido publicado num dos órgãos de comunicação mais conservadores do mundo, elogia as posições políticas do casal Bill e Hillary Clinton.
- (D) Praticamente não faz referência ao estilo literário da escritora, preferindo criticar sua atuação na política por considerá-la incoerente e irresponsável.
- (E) Avalia a obra com base em dois argumentos contraditórios: um que elogia sua originalidade e outro que a considera politicamente incoerente.

02. No trecho em que cita as palavras com que Hillary Rodham Clinton define personalidade como “um percurso, não um destino”, a jornalista:

- (A) Elogia a coragem e liberdade de espírito que a autora tem demonstrado, juntamente com seu marido, na defesa de suas ideias políticas.
- (B) Associa, de forma irônica, a variação na aparência física da escritora com a falta de critério e uniformidade de seus posicionamentos político-partidários.
- (C) Apresenta provas de que, embora procure manter-se atualizada em relação às tendências da moda, Hillary Clinton está longe de ser uma mulher elegante.
- (D) Deixa claro que, além de ser uma mulher de muito bom gosto, a escritora e seu marido formam um casal que tem conseguido se adaptar muito bem aos tempos modernos.
- (E) Denuncia a falta de critério constatada nas críticas que os adversários do casal Clinton fazem à sua atuação na política americana.

03. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das estruturas do texto:

"Quando falei sobre o caso do jogador que está fora do país e não está jogando, é evidente que vão surgir exceções. Deverão ser poucas, mas vão haver porque não se pode abrir mão de um bom jogador porque ele eventualmente não esteja jogando."

(O Globo, 22/10/00.)

- (A) O uso coloquial da linguagem permite o emprego de "vão surgir" ou "deverão ser", mas, para um nível mais formal, o emprego seria, respectivamente, "surgirão" ou "serão".
- (B) Em nível formal, a expressão "vão haver" deveria ser "haverá".
- (C) O uso da expressão "evidente que" e da palavra "eventualmente" revela aproximação com a oralidade.
- (D) Também é correto inferir que, num nível de formalidade, deve-se evitar a utilização dupla de conector "porque" num mesmo período.
- (E) A norma padrão da linguagem seria mantida se a expressão "vão haver" fosse substituída por "vai haver", como é usual atualmente.

Leia o texto abaixo para responder à questão 4.**A cara do preconceito**

O racismo brasileiro é uma coisa curiosa. Que existe, todo mundo sabe. Mas é tão disfarçado, tão camuflado, que se torna difícil detectar sua existência. Agora, um estudo realizado pela Universidade Federal Fluminense e patrocinado pela Fundação Ford vem dar uma boa contribuição para retirar a máscara da suposta tolerância.1..... pessoas objeto do estudo2..... sete fotos. A primeira era a de um homem obviamente branco; a última, de um obviamente negro. Entre elas, situações intermediárias. Perguntava-se então qual das fotos correspondia mais provavelmente a um advogado, a um taxista, a um preguiçoso, a um criminoso. O resultado é aquele que poderíamos imaginar. Advogado tem de ser, de preferência, branco (professor também). Pardos e pretos são, preferencialmente, pobres. Brancos são mais inteligentes. E assim por diante.

Pergunta: isso é preconceito ou é o simples resultado da observação? Pretos e pardos são, de fato, mais pobres - assim como, na Idade Média, os judeus eram os usuários. Mas3..... de situações4..... quais as pessoas são empurradas. Constatá-lo é o primeiro passo para mudar o preconceito.

Preconceito começa quando alguém diz: "Fulano tem de ser pobre, porque é negro. Está no sangue dele." (ou no genoma, para usar um termo mais moderno). Isto não é só ignorância, muitas vezes corresponde5..... interesses. Foi baseado neste pressuposto que a escravatura resistiu tanto tempo no Brasil.

Para mudar essa situação, é preciso mostrar que negros ou pardos podem, sim, ser advogados e professores. A solução é o sistema de cotas no ensino superior? Talvez esteja aí o ponto de partida para mudar uma situação inadmissível para um país que tem um pouco de vergonha na cara.

SCLIAR, M. A cara do preconceito. "Zero Hora", 28/08/2002

04. As palavras que completam corretamente as lacunas 1 e 2 do texto são, respectivamente:

- (A) Às eram mostradas
- (B) As era mostrado
- (C) As mostravam-se
- (D) Às mostrava-se
- (E) Às era mostrado

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA:
Professor Valdir****05. Considerando os conhecimentos de rede e conceitos sobre Internet, escolha entre as alternativas abaixo qual a principal vantagem em utilizar DHCP?**

- a) Suprimir a necessidade de utilização de endereçamento IP na rede
- b) Poder atribuir endereços IP's dinamicamente às estações
- c) Não precisar de Hub, Switch, Roteador
- d) Utilizar nomes amigáveis ao invés de decorar endereços IP's
- e) Aumenta a velocidade de transmissão das placas de rede instaladas nas estações

06. No Microsoft Office Word 2003, é possível economizar espaço na tela, no modo de exibição de layout de impressão, ocultando o espaço em branco na parte superior ou inferior de cada página e o espaço cinza entre as páginas, clicando no botão:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

07. Um usuário digitou um texto no Writer do pacote BOffice.org 3.2 e, durante a atividade, clicou nos ícones

respectivamente, com os seguintes objetivos:

- a) alterar zoom e aplicar nova cor de fonte
- b) alterar zoom e verificar ortografia e gramática
- c) visualizar página e verificar ortografia e gramática
- d) visualizar página e aplicar nova cor de fonte
- e) alterar zoom e aplicar marcadores

**RACIOCÍNIO LÓGICO:
Professor Jean****08. A negação da sentença "se há consumo de um bem então ocorre uma despesa" é:**



- (A) Se há consumo de um bem então não ocorre uma despesa;
- (B) Se não há consumo de um bem então não ocorre despesa;
- (C) Se não há consumo de um bem então ocorre uma despesa;
- (D) Há o consumo de um bem mas não ocorre uma despesa;
- (E) Não há o consumo de um bem e nem ocorre uma despesa;

09. Considere verdadeiras as proposições P1 "Se chove o dia inteiro, Marcos fica resfriado" e P2 "Marcos não ficou resfriado".

A leitura dessas proposições leva à conclusão indicada na alternativa

- (A) Choveu o dia inteiro.
- (B) Não choveu o dia inteiro.
- (C) Não choveu e Marcos ficou resfriado.
- (D) Choveu e Marcos não ficou resfriado.
- (E) Choveu ou Marcos ficou resfriado.

10. Certo dia, cinco funcionários de um mesmo setor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - Ademar, Barcelar, Camargo, Durval e Ernesto - foram convocados para uma reunião em que se discutiria a implantação de um novo serviço de internet. Após a realização dessa reunião, alguns funcionários do setor fizeram os seguintes comentários:

- “Se Durval participou da reunião, então Ernesto também participou”;
- “Se Durval não participou da reunião, então Camargo participou”;
- “Se Barcelar ou Camargo participaram, então Ademar não participou”;
- “Ernesto não participou da reunião”.

Considerando que as afirmações contidas nos quatro comentários eram verdadeiras, pode-se concluir com certeza que, além de Ernesto, não participaram de tal reunião

- (A) Ademar e Barcelar.
- (B) Ademar e Durval.
- (C) Barcelar e Camargo.
- (D) Barcelar e Durval.
- (E) Camargo e Durval.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: Professores Dionei e Rafael

11. Remédios Constitucionais são instrumentos processuais utilizados na tutela constitucional das liberdades. Diante de tal premissa, assinale qual dos instrumentos abaixo que é destinado à obtenção de informação que se refiram à pessoa do impetrante:

- (A) Habeas Corpus
- (B) Habeas Data
- (C) Mandado de Segurança
- (D) Mandado de Injunção.

- (E) Ação Popular.

12. Os direitos sociais também são direitos fundamentais (de segunda dimensão). Dentre outros direitos dessa natureza, recebem destaque os que se destinam à proteção dos trabalhadores. Em assim sendo, qual das alternativas abaixo NÃO se refere a um dos direitos assegurados aos trabalhadores na Constituição Federal:

- (A) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- (B) Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas.
- (C) Proteção em face de automação, na forma da lei.
- (D) Aviso Prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de sessenta dias, nos termos da lei.
- (E) Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo

13. Não há dúvidas de que os Sindicatos representam um importante instrumento de conquista dos trabalhadores, porque é por meio destes organismos que os trabalhadores conseguem equilibrar as negociações com os empregadores. Deste modo, em matéria sindical (um dos temas dos direitos sociais), à luz do que consta na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) Ao sindicato não cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- (B) Diante da importância do Sindicato, o empregado é obrigado a se filiar a este.
- (C) Não é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas do trabalho.
- (D) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (E) Nenhuma das alternativas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: Professores Ivo e Rafael

14. Considerando-se a diferença entre a revogação e a anulação de um ato administrativo, é correto afirmar que:

- (A) A revogação pode ser levada a efeito tanto pela Administração Pública, quanto pelo Poder Judiciário quando provocado.
- (B) A revogação pressupõe sempre a existência de um ato ilegal e ineficaz.
- (C) O ato administrativo só pode ser anulado por ação própria, sendo vedado à Administração Pública fazê-lo diretamente por não lhe ser reconhecido o controle da legalidade.
- (D) A revogação de um ato administrativo, incumbência exclusiva da Administração Pública que o praticou, pressupõe a existência de um ato legal e eficaz, operando ex nunc.
- (E) A doutrina não aponta diferença.



15. Assinale a alternativa correta:

- (A) A supremacia do interesse público sobre os individuais não é mais considerado princípio do Direito Administrativo, tendo sido substituído pelo princípio da finalidade pública.
- (B) O princípio da impessoalidade, observado em relação aos administrados, significa que a administração não pode atuar com as vistas a prejudicar ou a beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.
- (C) Segundo a presunção de legitimidade ou de veracidade, uma vez que a Administração Pública se submete à lei, presume-se que todos os seus atos sejam verdadeiros e praticados com observância das normas legais pertinentes. Trata-se de presunção absoluta.
- (D) O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique apenas os fundamentos jurídicos de suas decisões.
- (E) A administração pública somente está adstrita a respeitar aos princípios constitucionais expressos.

16. A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal, constitui mais propriamente o exercício do poder:

- (A) De polícia;
- (B) Disciplinar;
- (C) Hierárquico;
- (D) Regulamentar.
- (E) Vinculado

**REGIME JURÍDICO ÚNICO:
Professores Ivo e Laert**

17. É indenização destinada a compensar as despesas decorrentes de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente:

- (A) diárias
- (B) Ajuda de custo
- (C) Indenização de instalação
- (D) indenização de remoção
- (E) indenização de transporte

18. Ao servidor são assegurados as seguintes licenças, exceto:

- (A) por motivo de doença em pessoa da família
- (B) para tratar de interesses particulares
- (C) para capacitação

- (D) prêmio por assiduidade
- (E) para o serviço militar.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO:
Professores Ivo e Laert**

19. De acordo com o Código de Ética dos servidores públicos é incorreto afirmar que:

- (A) A cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina. Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral
- (B) Deixar o servidor público um grande número de pessoas à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade.
- (C) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente. Os repetidos erros, o descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.
- (D) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- (E) O servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus colegas e cada concidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento da Nação.

20. A respeito das Comissões de Ética, assinale a alternativa correta:

- (A) Cada Comissão de Ética, integrada por três servidores públicos e respectivos suplentes, poderá instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a princípio ou norma ético-profissional, podendo ainda conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra o servidor público, a repartição ou o setor em que haja ocorrido a falta, cuja análise e deliberação forem recomendáveis para atender ou resguardar o exercício do cargo ou função pública, desde que formuladas por autoridade, servidor, jurisdicionados administrativos, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas.
- (B) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- (C) Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética, para a apuração de fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética, em conformidade com este Código, terão o rito sumário, ouvidos apenas o queixoso e o servidor, ou apenas este, se a apuração decorrer de conhecimento de ofício, cabendo sempre recurso ao respectivo Ministro de Estado.



- (D) Dada a eventual gravidade da conduta do servidor ou sua reincidência, poderá a Comissão de Ética encaminhar a sua decisão e respectivo expediente para a Comissão Permanente de Processo Disciplinar do respectivo órgão, se houver, e, cumulativamente, se for o caso, à entidade em que, por exercício profissional, o servidor público esteja inscrito, para as providências disciplinares cabíveis. O retardamento dos procedimentos aqui prescritos implicará comprometimento ético da própria Comissão, cabendo à Comissão de Ética do órgão hierarquicamente superior o seu conhecimento e providências.
- (E) As decisões da Comissão de Ética, na análise de qualquer fato ou ato submetido à sua apreciação ou por ela levantado, serão resumidas em ementa e, com a omissão dos nomes dos interessados, divulgadas no próprio órgão, bem como remetidas às demais Comissões de Ética, criadas com o fito de formação da consciência ética na prestação de serviços públicos. Uma cópia completa de todo o expediente deverá ser remetida à Secretaria da Administração Federal da Presidência da República.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Professora Regina Célia

21. Conforme estabelece o art. 80, da Lei n. 8.213/91, é correto afirmar com relação ao auxílio-reclusão:

- (A) Será concedido aos dependentes do segurado que estiver preso preventivamente.
- (B) Será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, ainda que receba benefício de aposentadoria.
- (C) Será concedido aos dependentes do segurado que estiver respondendo a processo criminal, independentemente de recolhimento à prisão.
- (D) Será concedido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não tiver remuneração.
- (E) Será concedido aos dependentes do segurado recolhido ou não à prisão, mas que esteja condenado e não receba qualquer remuneração.

22. A cumulação dos benefícios do Auxílio Doença Acidentário com o Auxílio Doença Comum é:

- (A) inviável, sempre.
- (B) possível sempre.
- (C) possível, desde que fundados em causas diversas.
- (D) possível, desde que cumpridos os períodos de carência.
- (E) Nenhuma das anteriores

23. A Saúde é direito de todos e dever do Estado; analise as assertivas abaixo, buscando a correta, nos termos da definição constitucional da Saúde.

- (A) A manutenção dos índices do risco de doença e de outros agravos constituem garantia constitucional.
- (B) O acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação constitui garantia constitucional.
- (C) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema múltiplo.
- (D) Atendimento integral, com prioridade para as atividades repressivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, é característica da saúde.
- (E) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.

24. O pagamento de uma renda mensal vitalícia às pessoas portadoras de deficiência ou idosos que não possam manter a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família é objetivo:

- (A) Da Saúde;
- (B) Da Previdência Social;
- (C) Da Assistência Social;
- (D) Do Programa de Integração da Previdência Social;
- (E) Nenhuma das anteriores

25. Entre os objetivos da assistência social, se encontram:

- (A) a universalidade de participação nos planos de benefícios.
- (B) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- (C) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- (D) estão corretas todas as alternativas anteriores.
- (E) somente estão corretas "b" e "c".

26. Assinale a opção correta, no tocante ao auxílio-doença.

- (A) Será concedido ao segurado, independentemente de carência.
- (B) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por período inferior a 15 (quinze) dias consecutivos.
- (C) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por período de até 15 (quinze) dias consecutivos.
- (D) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- (E) Será concedido ao segurado quando ficar constatada a sua incapacidade parcial para o trabalho ou para sua atividade habitual por período de até 15 (quinze) dias consecutivos.

27. O benefício do auxílio-acidente:



- (A) é devido em caso de incapacidade temporária para a atividade, em razão de acidente ou doença do trabalho.
- (B) é devido a todos os segurados, exceto o facultativo.
- (C) é vitalício.
- (D) cumula-se com o seguro-desemprego.
- (E) Nenhuma das anteriores

28. A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 16, arrola como beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, exceto.

- (A) o cônjuge.
- (B) a companheira e o companheiro.
- (C) o irmão não emancipado, de qualquer condição, inválido ou menor de 21 (vinte e um) anos.
- (D) os pais.
- (E) o filho não emancipado, de qualquer condição, inválido ou menor de 21 (vinte e um) anos ou, se estudante, menor de 25 (vinte e cinco) anos.

29. Diante das proposições a seguir:

I. A empresa sempre poderá exigir, do segurado empregado, a sua aposentadoria por idade, quando ele atingir a idade de 70 (setenta) anos.

II. A aposentadoria por tempo de serviço não se cumula com o auxílio-doença comum.

III. A empresa deve continuar recolhendo para o FGTS, enquanto vigorar o benefício do auxílio-doença comum.

Podemos considerar corretas:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e III
- (D) I e II
- (E) Nenhuma das afirmações.

30. Uma professora que leciona numa universidade, comprova o exercício do magistério em tempo integral, não possuindo qualquer outra atividade profissional. Diante desta exclusividade, e da sua condição de professor, atualmente a referida segurada poderá se beneficiar da aposentadoria por idade com:

- (A) 60 anos de idade;
- (B) 48 anos de idade;
- (C) qualquer idade desde que tenha cumprido o tempo de carência;
- (D) 65 anos de idade;
- (E) 55 anos de idade;

31. A previsão constitucional segundo a qual a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos dos entes da Federação e

das contribuições sociais que estabelece, é decorrência do princípio da:

- (A) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (B) diversidade da base de financiamento.
- (C) universalidade do atendimento.
- (D) seletividade na prestação de benefícios e serviços.
- (E) equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

32. A organização da Previdência Social deve obedecer aos seguintes princípios e diretrizes, EXCETO:

- (A) Facultatividade da previdência complementar.
- (B) Preservação do valor nominal dos benefícios.
- (C) Garantia de renda mensal não inferior ao valor do salário mínimo, para os benefícios substitutivos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado.
- (D) O equilíbrio financeiro e atuarial.
- (E) Correção monetária dos salários de contribuição

33. Pedro, menor carente, de 12 anos, e Paulo, empresário bem-sucedido, de 21 anos, desejam participar de programas assistenciais (Assistência Social) e de saúde pública (Saúde). De acordo com a situação-problema apresentada acima, é correto afirmar que:

- (A) Pedro e Paulo podem participar da Assistência Social.
- (B) só Pedro pode participar da Saúde.
- (C) Pedro só pode participar da Assistência Social.
- (D) Paulo pode participar da Assistência Social.
- (E) Pedro e Paulo podem participar da Saúde.

34. Assinale a alternativa incorreta: “A pensão comum e o auxílio-reclusão”:

- (A) têm as mesmas bases de cálculo, em regra.
- (B) dispensam carência.
- (C) são devidos aos dependentes dos segurados.
- (D) são benefícios de pagamento continuado.
- (E) exigem o mínimo de 12 (doze) contribuições mensais

35. O segurado de baixa renda que contar com dois empregos, receberá salário-família:

- (A) de ambas as empresas, no valor integral.
- (B) de ambas as empresas, pela metade do valor.
- (C) de qualquer delas, a seu critério.
- (D) da empresa que tiver contratado primeiramente.
- (E) Nenhuma das anteriores

36. O princípio da seletividade, que informa a Seguridade Social, corresponde a :

- (A) atendimento prioritário às pessoas de baixa renda.
- (B) atendimento especial às pessoas de renda elevada.



- (C) a divisão dos trabalhadores autônomos e empresários, em dez classes de contribuintes.
- (D) o direito, dos que têm maior capacidade contributiva, à previdência complementar.
- (E) Nenhuma das anteriores

37. Quanto à aposentadoria compulsória, pode-se afirmar que:

- (A) a fim de avaliar o “caixa” da Previdência, ela foi abolida pela Constituição atual.
- (B) ela apenas atinge os empregados não-estáveis.
- (C) ela se aplica imediatamente a portadores de doenças transmissíveis, de segregação obrigatória.
- (D) ela ocorre aos 70 anos de idade, automaticamente.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

38. À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Seguridade Social, julgue os itens abaixo:

I. A Seguridade Social pode compreender ações de iniciativa da sociedade.

II. Saúde, Previdência e Trabalho compõem a Seguridade Social.

III. Compete ao Poder Público organizar a Seguridade Social nos termos da lei.

IV. A Seguridade Social não foi definida na Constituição Federal de 1988.

- (A) Todos estão corretos.
- (B) I e III estão corretos.
- (C) I e IV estão incorretos.
- (D) Somente I está incorreto.
- (E) III e IV estão incorretos.

39. Com relação às espécies de prestações e aos beneficiários correspondentes, assinale a opção incorreta:

- (A) Aposentadoria por invalidez-segurado.
- (B) Pensão por Morte - dependente.
- (C) Salário-Família – segurado.
- (D) Auxílio-acidente – dependente.
- (E) Auxílio-doença – segurado

40. Com relação às espécies de prestações e aos períodos de carência correspondentes, assinale a opção incorreta:

- (A) Aposentadoria por invalidez oriunda de doença profissional – doze contribuições.
- (B) Auxílio-doença – doze contribuições.
- (C) Salário-família – zero contribuições.
- (D) Auxílio-funeral – zero contribuições.
- (E) Pensão por morte - zero contribuições

Professor Christian

41. A CR88, ao estabelecer as diretrizes para o financiamento da Seguridade Social, determina que:

- (A) A seguridade social será financiada de forma direta e indireta exclusivamente por meio de recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
- (B) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, por meio das contribuições sociais, cuja competência para a instituição é concorrente da União, dos Estados e Municípios.
- (C) A seguridade social será financiada, de forma direta e indireta, por toda a sociedade, mediante recursos gerados pelas contribuições sociais e dotações orçamentárias definidas nos orçamentos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
- (D) A seguridade social será financiada de forma direta e indireta por recursos provenientes exclusivamente do orçamento da União e das contribuições sociais, cuja competência para instituí-las é exclusiva da União.
- (E) A seguridade social será financiada de forma direta e indireta por toda a sociedade, mediante recursos decorrentes exclusivamente das contribuições sociais instituídas pela União.

42. Acerca dos Princípios Constitucionais da Seguridade Social, assinale a correta:

- (A) É possível a redução do valor dos benefícios, segundo a CR88.
- (B) A equidade deve ocorrer na forma de distribuição de benefícios.
- (C) A equidade na forma de distribuição de benefícios, meta constitucional, está ligada ao Princípio da Capacidade Contributiva.
- (D) A equidade deve ocorrer na forma de participação do custeio, está ligada ao Princípio da Capacidade Contributiva.
- (E) A CR88 veda a instituição de alíquotas e bases de cálculo diferenciadas para as contribuições devidas à seguridade social pelas empresas em razão do porte de cada uma delas.

43. Marque a alternativa incorreta:

- (A) Em sistemas não contributivos de financiamento da seguridade social os valores do custeio são obtidos unicamente pela receita tributária, ou seja, diretamente do orçamento do Estado.
- (B) Em sistemas contributivos, a fonte principal do custeio são as contribuições sociais.
- (C) sistema contributivo pode ser dividido em subsistemas de capitalização e de repartição.
- (D) previdência social do RGPS é contributiva.
- (E) financiamento da seguridade social do RGPS do Brasil não permite a arrecadação de receitas de outras fontes, que não as contribuições sociais.

44. Assinale a correta:

- (A) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos



respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

- (B) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total, em atenção ao equilíbrio financeiro.
- (C) As contribuições sociais do RGPS são instituídas pela União, estados, DF e municípios.
- (D) De acordo com recentes alterações constitucionais, as contribuições sociais que financiam a seguridade social somente poderão ser exigidas depois de decorridos noventa dias da publicação da lei que as houver instituído ou modificado. Essas alterações também acrescentaram, no que concerne a esse assunto, a exigência da anterioridade do exercício financeiro.
- (E) O princípio da forma de custeio quadripartite estatui a obrigação dos entes públicos, empregados, empregadores e aposentados para a seguridade social.

45. João, com 13 anos de idade, é adolescente carente, e Cláudio, com 25 anos, é empresário com boa situação econômico-financeira. Ambos têm interesse em participar de programas assistenciais e usufruir da rede pública de saúde. Logo, considerando-se os dados ora apresentado, é certo afirmar:

- (A) João e Cláudio podem participar dos programas de assistência social.
- (B) Somente João pode usufruir do atendimento na rede pública de saúde.
- (C) João só pode participar da assistência social.
- (D) Cláudio pode participar da assistência social.
- (E) João e Cláudio podem usufruir do atendimento na rede pública de saúde.

46. Com relação aos objetivos constitucionais da SS, assinale a alternativa correta:

- (A) Irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços.
- (B) Diversidade da base de financiamento.
- (C) Equidade na forma de cobertura e de atendimento aos segurados. Participação do custeio.
- (D) Universalidade na prestação dos benefícios e serviços. Cobertura e atendimento.
- (E) Seletividade e distributividade na forma de participação no custeio. Na prestação de serviços e benefícios.

47. Constituem outras receitas da seguridade social, exceto:

- (A) 60% do resultado dos leilões dos bens apreendidos pela secretaria da receita federal do Brasil.
- (B) As multas, a atualização monetária e os juros moratórios.
- (C) A remuneração recebida em decorrência da prestação de serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança das contribuições de terceiros.
- (D) As receitas provenientes de prestação de outros serviços e de fornecimento ou arrendamento de bens.
- (E) As doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais.

48. Tendo em vista as contribuições sociais, assinale a alternativa que contenha os itens correspondentes às contribuições com destinação específica para o pagamento de benefícios do RGPS:

I – sobre a receita do concurso de prognósticos

II – dos trabalhadores incidentes sobre o salário de contribuição

III – sobre a receita ou faturamento da empresa

IV – sobre a importação de bens ou serviços do exterior

V – da empresa sobre salários e demais rendimentos do trabalho

VI – sobre o lucro da empresa

- (A) Somente I, II, III.
- (B) Somente II, III, IV e V.
- (C) Somente II e V.
- (D) Somente I, II, III, V e VI.
- (E) Somente II, V e VI.

49. A respeito da natureza jurídica da contribuição social, analise as assertivas abaixo relativas às espécies tributárias, indicando a correta.

- (A) Imposto
- (B) Taxa
- (C) Contribuição especial
- (D) Empréstimo Compulsório
- (E) Contribuição de Melhoria

50. Assinale a correta:

- (A) É possível a instituição de outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social além daquelas previstas na CF, desde que por lei complementar.
- (B) As entidades equiparadas a empresa e empregador não recolhem contribuições sociais.
- (C) Incide contribuição sobre a importação de prognósticos.
- (D) 40% dos valores obtidos e aplicados decorrente da apreensão de bens de valores econômicos do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (E) 40% do resultado dos leilões de bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal são arrecadados a título de contribuição social.

51. Com relação ao salário de contribuição, assinale a correta:

- (A) O limite mínimo do salário de contribuição será, sempre, o salário mínimo.
- (B) No caso de admissão ou dispensa durante o mês, o salário de contribuição será calculado em relação à remuneração integral do mês.
- (C) O salário de contribuição da empregada doméstica é a remuneração registrada em sua CTPS, independente do limite máximo.



- (D) O valor das diárias para viagens, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal do empregado, integra o salário de contribuição pelo seu valor total.
- (E) NDA.

52. Assinale a alternativa que apresenta parcela não integrante do salário de contribuição:

- (A) Salário.
- (B) Gorjetas.
- (C) Diárias para viagem, qualquer que seja o valor.
- (D) Valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais.
- (E) Ganhos habituais.

53. Assinale a incorreta:

- (A) Claudionor recebe da empresa onde trabalha alguns valores a título de décimo-terceiro salário. Nessa situação, os valores recebidos por Claudionor não são considerados para efeito do cálculo do salário-benefício, integrando-se apenas o cálculo do salário de contribuição.
- (B) Rodrigo trabalha na gerência comercial de uma grande rede de supermercados e visita regularmente cada uma das lojas da rede. Para atendimento a necessidades do trabalho que faz durante as viagens, Rodrigo recebe diárias que excedem, todos os meses, 50% de sua remuneração normal. Nessa situação, não incide contribuição previdenciária sobre os valores recebidos por Rodrigo a título dessas diárias.
- (C) Maria, segurada empregada da previdência social, encontra-se afastada de suas atividades profissionais devido ao nascimento de seu filho, mas recebe salário-maternidade. Nessa situação, apesar de ser um benefício previdenciário, o salário-maternidade que Maria recebe é considerado salário de contribuição para efeito de incidência.
- (D) Mateus trabalha em uma empresa de informática e recebe o vale-transporte junto às demais rubricas que compõem sua remuneração, que é devidamente depositada em sua conta bancária. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores recebidos por Mateus a título de vale-transporte.
- (E) Luís é vendedor em uma grande empresa que comercializa eletrodomésticos. A título de incentivo, essa empresa oferece aos empregados do setor de vendas um plano de previdência privada. Nessa situação, incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos, pela empresa, a título de contribuição para a previdência privada, a Luís.

54. Integram o salário de contribuição:

- (A) Ganhos eventuais e abonos expressamente desvinculados do salário por força de lei e valores recebidos a título de incentivo à demissão.
- (B) Indenização compensatória de 40% do montante depositado no FGTS, como proteção à relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa, conforme ADCT.

- (C) O ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado, mesmo quando não comprovadas.
- (D) O reembolso creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de 6 anos de idade da criança, quando devidamente comprovadas as despesas.
- (E) O reembolso babá, limitado ao menor salário de contribuição mensal e condicionado à comprovação do registro da CTPS da empregada, do pagamento da remuneração e do recolhimento da contribuição previdenciária, pago em conformidade com a legislação trabalhista, observado o limite máximo de 6 anos de idade da criança.

55. Assinale a correta:

- (A) As importâncias recebidas a título de incentivo à demissão e aviso prévio indenizado não integram o salário de contribuição do segurado.
- (B) Qualquer curso de capacitação e qualificação profissionais fornecidos pela empresa é excluído do salário de contribuição do segurado favorecido, desde que todos tenham direito ao curso. Somente os relativos à atividade da empresa.
- (C) A empresa é obrigada a arrecadar a contribuição do segurado empregado/ avulso a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração, enquanto o recolhimento dos demais segurados é de responsabilidade dos mesmos.
- (D) O segurado facultativo está obrigado a recolher sua contribuição, por iniciativa própria até o dia 15 do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, antecipando-se o vencimento para o dia útil anterior quando não houver expediente bancário no dia 15.
- (E) As empresas não poderão optar pelo recolhimento trimestral.

56. Assinale a incorreta:

- (A) O empregador é responsável pelo desconto e recolhimento da contribuição previdenciária devida pelo empregado. Caso se omita, a cobrança do montante devido será feita diretamente do segurado.
- (B) Considere a seguinte situação hipotética: Cesário é eletricitista e presta serviço de natureza eventual ao supermercado Lua Nova Ltda. Nessa situação, a contribuição previdenciária de Cesário, na qualidade de contribuinte individual, deve ser descontada do valor a ser pago a ele a título de remuneração, devendo ser recolhida pela empresa tomadora do serviço juntamente com as demais contribuições a seu cargo.
- (C) A alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo é, em regra, de 20% sobre o respectivo salário de contribuição.
- (D) A contribuição do empregador doméstico é de 12% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- (E) A empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão de obra deve reter 11% do valor da remuneração.

57. Com relação ao financiamento da seguridade social, assinale o item correto:



- (A) O valor da contribuição devida pelos bancos comerciais, de investimento ou desenvolvimento, cuja base de cálculo é o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título aos segurados empregados, é de 22,5%, sendo reduzida a 17,5% quando se tratar de serviços prestados por cooperativa de trabalho.
- (B) As associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional contribuirão com o pagamento de 5% da receita líquida resultante dos espetáculos desportivos de que participem em todo o território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive de jogos internacionais, computadas as receitas provenientes de quaisquer formas de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos de publicidade, cabendo a retenção de tais valores e respectivo recolhimento no prazo de quarenta e oito horas após a sua realização.
- (C) As contribuições devidas pelas empresas para custeio dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa proveniente de riscos ambientais do trabalho serão proporcionais ao risco presente em cada uma das atividades preponderantes por ela desenvolvidas e terão como base de cálculo os respectivos faturamentos mensais.
- (D) Os investimentos em programas de prevenção de acidentes, cujos resultados sejam apurados em inspeções, poderão acarretar a redução do percentual das contribuições devidas pelas empresas.
- (E) O empregador rural pessoa física, como segurado, contribui para a seguridade com o equivalente a 2% da receita bruta proveniente da comercialização de sua produção e 0,1% sobre essa base de cálculo para custeio do SAT.

58. Considerando que a contribuição apurada como devida, por determinada empresa, referente à competência 09/2009, tenha sido de R\$ 2.500,00, e que o pagamento efetivo não tenha ocorrido no prazo estabelecido em lei, ou seja, 20/10/2009, assinale a alternativa correta:

- (A) Se o recolhimento tiver ocorrido no dia 30/10/2009, o valor a pagar deverá ser acrescido apenas de 3,33% de juros de mora.
- (B) Se o recolhimento tiver ocorrido no dia 30/10/2009, o valor a pagar deve ser acrescido de 1% de multa de mora e de 3,33% de juros de mora.

- (C) O valor a pagar deve ter sido acrescido apenas de 3,33% a título de multa de mora, se o recolhimento tiver ocorrido no dia 30/10/2009.
- (D) Se o recolhimento tiver ocorrido no dia 30/10/2009, o valor a pagar deve ter sido acrescido apenas de 1% a título de juros de mora.
- (E) O valor a pagar não estaria sujeito a acréscimo de multa nem tampouco de juros se o recolhimento tiver ocorrido no dia 30.10.2009, uma vez que o pagamento dentro do mês de vencimento não se sujeita a acréscimos.

59. Figura na legislação como obrigação da empresa – e a autoridade responsável por órgão do poder público, por órgão de registro público ou por instituição financeira em geral, no âmbito de suas atividades, exigirá dela, obrigatoriamente – a apresentação de certidão negativa de débito ou de certidão positiva de débito com efeitos de negativa, nas seguintes hipóteses:

- (A) Na licitação, na contratação com o poder público e no recebimento de benefícios ou incentivos fiscais.
- (B) Alienação ou oneração de bem imóvel.
- (C) Alienação ou oneração de bem móvel superior ao fixado em portaria interministerial.
- (D) Registro no órgão próprio de ato de baixa ou redução de capital de firma individual.
- (E) Todas as acima.

60. Assinale a correta:

- (A) A teor da dicção do art. 168-A do CP, a penhora de bens é causa de extinção da punibilidade.
- (B) O crime previsto na L 8212 não foi revogado pela tipificação do art. 168-A do CP.
- (C) A L 9983/2000 simplesmente transmudou a base legal da imputação do crime da L 8212 para o art. 168-A do CP.
- (D) O prazo de prescrição da contribuição previdenciária é de 10 anos, e de 5 anos o prazo de decadência.
- (E) O prazo de decadência da contribuição previdenciária é de 10 anos, e de 5 anos o prazo de prescrição.

Pegue o gabarito comentado

☹ Você discorda da resposta?

*Então envie seu recurso até terça-feira para
secretaria@cursosolon.com.br.*

Isso também faz parte do treinamento para seus estudos.



GABARITO


SIMULADO INSS 2012

RESPOSTAS COMENTADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

01	D	A resenha não focou o enredo do livro <i>Living History</i> , mas sim a postura da autora; por isso a questão D é cabível, uma vez que aborda corretamente o propósito da resenha, a qual faz uma crítica à atuação política de Hillary Clinton.
02	B	Confirmando a resposta da questão 1 o propósito da resenha foi criticar o posicionamento político de Hillary, por isso a alternativa B apresenta corretamente os objetivos da jornalista.
03	C	A resposta é a C, pois o que se aproxima da oralidade é a expressão “ <i>evidente que</i> ” e não o uso do advérbio evidentemente, que quando usado traz elegância ao texto e se distancia da forma oral.
04	A	O primeiro “as” recebe a crase porque é o mesmo que dizer “ <i>para as pessoas</i> ”, ou seja, essa construção obrigatoriamente pediu a junção de uma preposição mais um artigo e não apenas um artigo. Já em “ <i>eram mostradas</i> ” a ordem está inversa, mas mesmo assim a concordância deve acontecer, isto é, o sujeito dessa locução é “ <i>sete fotos</i> ” dessa forma: “ <i>sete fotos eram mostradas</i> ”.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

05	B	O DHCP, Dynamic Host Configuration Protocol, é um protocolo de serviço TCP/IP que oferece configuração dinâmica de terminais, com concessão de endereços IP de host e outros parâmetros de configuração para clientes de rede. Quando se usa DHCP não há necessidade de configurar o IP de cada estação individualmente, o servidor de DHCP atribui os endereços automaticamente.
06	B	No Word 2003 ao posicionar o apontador do mouse entre uma página e outra ele mudará de forma e se transformará em um botão  que se clicado ocultará a margem superior e a margem inferior do documento otimizando a exibição da área de texto na tela do computador. Para exibir novamente estas áreas é só posicionar novamente o apontador do mouse entre duas páginas e clicar novamente. No Word 2007 são dois cliques.
07	C	Os botões apresentados no enunciado desta questão executam no Writer as funções de Visualizar página e Correção ortográfica e gramatical.

RACIOCÍNIO LÓGICO

08	D	<i>Sejam:</i> p : há consumo de um bem q : ocorre uma despesa $\sim (p \rightarrow q) \Leftrightarrow p \wedge \sim q$
----	----------	---



09 B	p (Choveu o dia inteiro.) - ?		
	q (Marcos ficou resfriado.) - F		
	$(p \rightarrow q)$ (Se chove o dia inteiro, Marcos fica resfriado.) - V		
	p	q	$p \rightarrow q$
	V	V	V
	V	F	F
F	V	V	
F	F	V	

10 B	I. Ernesto não participou da reunião.		
	V		
	Se Durval participou da reunião,	Então	Ernesto também participou.
	F	\rightarrow	F
	II. Durval não participou da reunião.		
	V		
	Se Durval não participou da reunião	Então	Camargo participou.
	V	\rightarrow	V
	III. Camargo participou da reunião.		
	V		
	Se Barcelar ou Camargo participaram	Então	Ademar não participou.
	V	\rightarrow	V
IV. Ademar não participou da reunião.			

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

11 B	O <i>Habeas Data</i> , conforme previsão do Art. 5º, CF, é o instrumento processual que a pessoa pode utilizar para obter, dos órgãos públicos, informações relativas à sua pessoa (e tão somente relativas à sua pessoa). O <i>Habeas Corpus</i> , por seu turno, é o remédio constitucional vocacionado a garantir a liberdade física do ser (compreendida como ir e vir) que foi <i>injustamente</i> tolhida. Já o Mandado de Injunção – de incidência bem restrita – é utilizado para corrigir <i>omissões</i> do Estado em relação à edição de uma norma. Por fim, o Mandado de Segurança serve para a proteção de direito líquido e certo (aquele comprovado documentalmente), que não possa ser protegido pelo <i>habeas corpus</i> ou pelo <i>habeas data</i> (por isso se diz que o Mandado de Segurança tem aplicação somente residual, isto é, só tem cabimento quando os dois anteriores não puderem ser utilizados).
12 D	Essa é outra questão que exige memorização por parte dos alunos. O grande diferencial é que todas as alternativas, inclusive o aviso prévio, se encontram previstas no rol do artigo 7º, da CF (que traz os direitos constitucionais dos trabalhadores). O detalhe que torna a alternativa “D” <i>incorreta</i> (e por isso deveria ser assinalada), é que o aviso prévio tem duração de 30 dias (e não sessenta, conforme previsto na questão).



13 D	O candidato, para responder a esta questão, deve ter conhecimento do artigo 8º, da CF. Verifica-se que a alternativa correta é a reprodução do inciso “VIII” do mencionado artigo. Sobre as demais alternativas (que estão incorretas), vale tecer os seguintes comentários: (A) ao sindicato CABE a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, conforme inciso “III”, do artigo 8º; (B) O empregado não é obrigado a se filiar ao sindicato, conforme previsão do inciso “V”; (C) A participação do Sindicato nas negociações coletivas do trabalho é obrigatória, nos termos do inciso “VI”, sobretudo porque é este o órgão que representa a classe profissional respectiva.
------	---

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

14 D	A revogação trata da extinção do ato administrativo por conveniência e oportunidade, cabendo exclusivamente à Administração Pública que emitiu o ato administrativo. O poder Judiciário não revoga ato administrativo (apenas anula).
15 B	Segundo lições de Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular é o princípio geral do direito inerente a qualquer sociedade, e também condição de sua existência, ou seja, um dos principais fios condutores da conduta administrativa. Pois a própria existência do Estado somente tem sentido se o interesse a ser por ele perseguido e protegido for o interesse público, o interesse da coletividade. No que tange ao princípio da impessoalidade busca-se o interesse público e nunca o privado, tanto em prejudicar como ajudar, tornando a resposta “b” correta. Os atos da administração pública, são dotados de presunção relativa, cabendo ao administrado apresentar as provas em contrário.
16 A	Segundo Hely Lopes, o poder de polícia é o que trata de limitar ou disciplinar direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal.

REGIME JURÍDICO ÚNICO

17 B	A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente (art. 53). As despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais, também correrão por conta da Administração (art. 53, § 1º). No caso de falecimento do servidor na nova sede, assegura-se à sua família a ajuda de custo e o transporte para a localidade de origem (art. 53, § 2º). Fará jus à ajuda de custo aquele que, não sendo servidor, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio (art. 56). Por outro lado, a ajuda de custo não será concedida ao servidor que se afastar do cargo em virtude de mandato eletivo (art. 55). A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, não podendo exceder o valor correspondente a três meses (art. 54). Caso o servidor não se apresente, injustificadamente, na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias, será obrigado a restituir a ajuda de custo (art. 57).
18 D	Licenças – O servidor tem direito às seguintes licenças: por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; e para desempenho de mandato classista (art. 81).

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

19 B	O Código de Ética prescreve em seu inciso X, que deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
20 B	A letra B está de acordo com o inciso XVIII do Código de Ética do Servidor Público Civil Federal. As demais alternativas foram revogadas pelo decreto 6.029 de 2007.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BENEFÍCIOS

21 D	Conforme art. 80 da lei, o auxílio-reclusão só será pago aos dependentes se o segurado estiver na prisão e impedido de trabalhar e sustentar seus dependentes.
22 A	Quando forem oriundo da mesma causa não se acumulam pois o Auxílio-Acidente se iniciará na cessação do Auxílio-doença, de maneira que resta impossível a cumulação, contudo, como o Auxílio-Acidente pode se acumular com a remuneração, ou seja, ser percebido enquanto o segurado está trabalhando, caso ele venha ficar incapacitado por outra origem, poderá receber auxílio-doença e continuar a receber auxílio-acidente da outra causa.
23 B	Está previsto expressamente no art. 196 da CF que a saúde é um bem de todos, com acesso universal, de maneira que, ao contrário do ramo da Assistência ou Previdência, o acesso à Saúde não impõe qualquer requisito, podendo se beneficiar deste ramo todas as pessoas que dela necessitarem.



24 C	Está previsto expressamente no art. 203, V da CF que a Assistência Social terá além de serviços, o benefício da renda continuada, sendo inclusive um dos seus objetivos, pois este benefício visa arcar com o sustento dos idosos e portadores que possuem renda menos de ¼ SM porque estes não se beneficiarão das prestação da Previdência Social (a Assistência independe de contribuição)
25 E	Os objetivos da Assistência estão previstos no art. 203 da CF, entre eles, o disposto nas alternativas “b” e “c” mesmo porque, a alternativa “a” está errada por causa da universalidade e se esta está errada, não pode estar certa a alternativa “d” que diz que todas estão corretas.
26 D	Por previsão expressa do art. 59 da Lei 8213/91, o benefício, em regra será devido somente após 15 dias de afastamento, sobretudo para os obrigatórios, pois quem paga nos 15 primeiros dias é o empregador e só a partir do 16 dia de afastamento o INSS pagará o Auxílio-doença.
27 D	o benefício é devido quando o segurado fica incapacitado de voltar para antiga função (art. 86 da lei 8213/91) e o facultativo não possui função, nem atividade
28 E	o art. 16 da Lei 8.213/91 prevê dependentes somente até os 21 anos e o enunciado pergunta de acordo com este dispositivo legal. É a jurisprudência que tem estendido a ideia de dependente para maiores de 21 até 24 se estudante (curso superior, técnico, etc.) aplicando analogia da regra do Imposto de Renda .
29 D	A afirmação “I” está prevista no art. 51 Lei 8213/91, a afirmação “II” está prevista no art. 124 da mesma lei e a afirmação “III” contraria o disposto no art. 59 que dispõe que o contrato fica suspenso no recebimento do auxílio-doença comum, de maneira que não há a exigência do recolhimento do FGTS, por isto, só a “I e II” estão corretas
30 A	De acordo com art. 48 da lei 8213/91 as seguradas (urbanas como a professora) se aposentarão por idade com 60 anos.
31 B	Conforme art. 194, parágrafo único VI da CF a diversidade da base de financiamento significa que a seguridade social será custeada por diversas bases, como pelos trabalhadores, empresas, concursos prognósticos, pela União entre outros.
32 B	O correto é o princípio da preservação do valor REAL do benefício, em consonância com §4º do art. 201 da CF.
33 E	Como Paulo é empresário não é hipossuficiente, logo não poderá participar da Assistência Social, porém da saúde todos podem participar de forma indiscriminada, sendo rico ou pobre, tendo ou não plano de saúde.
34 E	Conforme previsão do art. 74 c/c art. 80 da Lei 8213/91, tanto a pensão por morte quanto o auxílio-reclusão são benefícios pagos aos dependentes do segurado, por isto possuem as mesmas regras, porém, nenhum dos dois benefícios possuem período de carência, de maneira que a última alternativa está errada.
35 A	Interpretação do art. 65 da Lei 8213/9, pois a baixa-renda se verificará em cada contrato de trabalho, de maneira que cada empresa que paga salário-família ao trabalhador/segurado, terá a devida compensação no momento do recolhimento previdenciário das contribuições sociais.
36 A	O princípio (objetivo) da seletividade previsto no art. 194, III da CF, implica justamente em selecionar aqueles segurados que precisam de mais, para receberem mais, a fim de aplicar a justiça distributiva(quem precisa de mais, terá mais proteção, quem precisa de menos, terá menos)
37 D	Por força da previsão do art. 51 da Lei 8213/91, quando o segurado completar 70 anos o empregador poderá solicitar sua aposentadoria compulsória, e o dispositivo não fala em empregado doente, não-estável ou qualquer outra hipótese, apenas impõe o requisito idade (e para segurada 65 anos)
38 B	A II está errada porque ao invés de Trabalho o outro ramo é Assistência Social e a IV está errada porque a Seguridade social foi definida na CF, no art. 194
39 D	O auxílio-acidente não é pago ao dependente e sim ao segurado, nos moldes do art. 86 da lei 8213/91
40 A	Considerando que doença profissional se equipara a acidente do trabalho, nos moldes do art. 20 da lei 8213/91, e que os benefícios acidentários independem de carência, neste caso a aposentadoria por invalidez não depende de carência.
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - CUSTEIO	
41 C	O financiamento da Seguridade Social é feito pela sociedade, de forma direta e indireta, além dos recursos das contribuições sociais, tornando a A incorreta (art. 195 CR88). A competência para instituição de contribuição social do RGPS é privativa da União (art. 149 CR88), tornando a B incorreta. As alternativas D e E encontram-se incorretas pelo termo “exclusivamente”, pois temos as chamadas “outras fontes”, além dos recursos orçamentários, das contribuições sociais e da participação da sociedade.
42 D	Não é possível a redução do valor dos benefícios, que, no entanto, podem sofrer descontos judiciais ou legais. Por seu turno, a equidade deve ocorrer na forma de participação do Custeio, sendo, então, meta constitucional, ligada ao Princípio da Capacidade Contributiva previsto no art. 145, §1º da CR88, que se refere aos impostos, mas com aplicação também às contribuições sociais conforme previsto no art. 195, §5º que permite a instituição de alíquotas e bases de cálculo diferenciadas para as contribuições devidas à seguridade social pelas empresas em razão do porte de cada uma delas.



43 E	O financiamento da seguridade social, no que toca ao Regime Geral da Previdência Social, permite a arrecadação de receitas de outras fontes, não exigindo a exclusividade das contribuições sociais, em atenção ao Princípio da Diversidade de Base de Financiamento. Exemplo disso são as receitas oriundas do orçamento da União.
44 A	Na alternativa A temos o Princípio do Orçamento Diferenciado, que evita a “sangria” orçamentária. Na alternativa B, em atenção ao Princípio da Precedência da Fonte de Custeio, deve-se buscar o equilíbrio financeiro não aumentando gastos sem a prévia fonte pagadora. Quanto a alternativa C, temos que as contribuições do RGPS são de competência privativa da União. Pela alternativa D, verificamos que realmente se aplica a noventena às contribuições sociais, o que não significa o mesmo que a anterioridade anual. Por fim, o custeio é tripartite, com participação do Governo, empregados e empregadores.
45 E	Apesar de tanto a Assistência Social quanto a Saúde serem não contributivas, nos termos dos arts. 196 e 203, a Saúde possui o caráter universal, enquanto direito de todos, ao passo que a Assistência Social é prestada a quem dela necessitar. Por fim, nos termos do art. 201, o RGPS é contributivo.
46 B	Nos termos do art. 194, a irredutibilidade se aplica unicamente aos benefícios. Ainda, a equidade se aplica na participação do custeio. A universalidade está presente na cobertura e atendimento, e, por fim, a seletividade e distributividade se aplica na prestação de serviços e benefícios. Resta, portanto, correta a alternativa B, enquanto princípio que garante a busca de diversas fontes para a participação do custeio, garantindo a manutenção da Seguridade Social.
47 A	São 40%, e não 60% do resultado dos leilões dos bens apreendidos pela secretaria da receita federal do Brasil. As demais encontram previsão no art. 27 da Lei 8.212/91, chamada Lei de Custeio, e são tidas como outras fontes/receitas da Seguridade Social.
48 C	Nos termos do art. 167, XI da CR88, é vedada a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. Por seu turno, as contribuições do art. 195, I, a e II são respectivamente do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; e do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.
49 C	As contribuições sociais tem inegável natureza jurídica de tributo, nos termos do art. 3º do Código Tributário Nacional, e, segundo o STF, há 5 modalidades de tributos no país: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais, dentre as quais, contribuições de intervenção no domínio econômico, contribuições sindicais, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e as contribuições sociais.
50 A	A possibilidade de outras fontes está prevista no art. 195, § 4º desde que destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social. Inclusive, como exemplo temos a extinta CPMF. As entidades equiparadas a empresa recolhem contribuição, incidindo contribuição sobre a importação e bens e serviços bem como de concursos de prognósticos. Quanto às percentagens, 50% dos valores obtidos decorrentes da apreensão de valores decorrentes do tráfico e 40% dos resultados dos leilões de bens apreendidos pela SRFB são arrecadados a título de outras fontes.
51 D	O limite mínimo do salário de contribuição é o salário mínimo ou o piso salarial, conforme art. 28 Lei 8.212/91. Havendo admissão ou dispensa durante o mês, o salário de contribuição será calculado em relação à remuneração proporcional, e não em relação a integral. Por seu turno, o salário de contribuição da empregada doméstica é a remuneração registrada em sua CTPS, mas dependente do limite máximo, o chamado Teto previdenciário constante em portaria interministerial.
52 D	Conforme art. 28, §9º da Lei de Custeio, os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais não integram o salário de contribuição, restando todas as outras parcelas como integrantes, sofrendo, portanto, a incidência de contribuição social.
53 B	O 13º salário é parcela integrante do salário de contribuição, não obstante, à luz do art. 28 da Lei 8.212/91, § 7º não integra o salário de benefício. Por seu turno, diárias que excedem 50% de sua remuneração normal são parcelas integrantes do salário de contribuição, sofrendo incidência de contribuição social enquanto salário camuflado. O salário maternidade, ainda que benefício do RGPS, sofre a incidência de contribuição social, integrando o salário de contribuição. Da mesma forma, vale transporte pago junto com demais rubricas, em desconformidade com a lei, bem como plano de previdência complementar não extensivo a totalidade de empregados e dirigentes, integram o salário de contribuição.
54 C	Ganhos habituais, esperados pelo empregado e planejados pelo empregador, integram o salário de contribuição, ao passo que ganhos eventuais não integram. A multa dos 40% do FGTS enquanto proteção da dispensa sem justa causa, pelo seu caráter indenizatório, não integra o salário de contribuição. O ressarcimento de despesas pelo uso de veículo do empregado, quando não comprovadas caracterizam salário camuflado, integrando o salário de contribuição, enquanto que quando comprovadas são tidas como indenizatórias, não integrando o salário de contribuição. Por fim, reembolso creche e babá, previstos no Decreto 3048, nas situações apontadas não integram o salário de contribuição pela natureza indenizatória.



55 E	Atualmente, conforme a revogação do art. 28, do Decreto 3048, § 9º, “f” o aviso prévio indenizado integra o salário de contribuição. Somente os cursos relativos à atividade da empresa e de educação básica não integram o salário de contribuição. A empresa deve também recolher a contribuição dos segurados que lhe prestem serviços, tais como o contribuinte individual. Não havendo expediente bancário, pode o facultativo postergar o pagamento para o para o dia útil posterior. Por fim, a opção de recolhimento trimestral é aplicada a alguns segurados, não às empresas.
56 A	Conforme art. 33, § 5º da Lei de Custeio, o desconto de contribuição e de consignação legalmente autorizadas sempre se presume feito oportuna e regularmente pela empresa a isso obrigada, de forma que não deve haver nova cobrança do segurado. Cesário, enquanto contribuinte individual prestador de serviços a empresa tem a retenção de sua contribuição social feita pela pessoa jurídica. Por fim, as alíquotas das alternativas C, D e E encontram-se adequadas as situações descritas conforme a Lei 8212/91.
57 D	Instituições financeiras em geral contribuem com o adicional de 2,5% sobre a folha de pagamento (art. 22, §1º Lei de Custeio), porém não há qualquer previsão que as permita reduzir em caso de prestação de serviços por cooperativa. Associações desportivas tem por base de cálculo a receita bruta, e o prazo de recolhimento de 2 dias. O RAT é calculado levando em conta a atividade preponderante, e não as atividades (súmula 351 STJ), e base de cálculo é a folha de pagamento. Por fim, o empregador rural pessoa física como segurado contribui como contribuinte individual.
58 C	Temos, no presente caso, um lapso de 10 dias do vencimento do tributo, no caso a contribuição social patronal. Devido a esse lapso, haverá o recolhimento fora do prazo, pelo qual, em regra incide multa de mora (Art. 239 Dec. 3048. II) e juros de mora (Art. 61 Lei 9430), já que não houve efetiva fiscalização e autuação. A multa de mora é devida no importe de 0,33% ao dia, ou seja, no caso 3,33%. Os juros de mora, no caso concreto, não incidem, tendo em vista que o pagamento ocorrerá dentro do mês do vencimento, ou seja, 30.10.2009, tornando a alternativa C a correta.
59 E	A certidão negativa de débitos é a prova da inexistência de pendências no pagamento de tributos, no caso, de contribuições sociais. Dessa forma, buscando estimular o correto recolhimento das contribuições, exige-se, conforme a legislação, a apresentação dessa certidão em alguns atos praticados pelas empresas, tais como os dispostos em todas as alternativas, nos termos do art. 47 da Lei de Custeio.
60 C	Quanto aos crimes contra a Seguridade Social, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal, não guardando nenhuma relação com a penhora. Atualmente, tais tipos penais não estão descritos na Lei de Custeio, e sim no Código Penal. Por fim, em matéria de prescrição e decadência das contribuições sociais, o prazo é de 5 anos em ambos, conforme regulamentação do Código Tributário Nacional.

 ***Você discorda da resposta?***

*Então envie seu recurso até terça-feira para
secretaria@cursosolon.com.br.*

Isso também faz parte do treinamento para seus estudos.